

Anexos 5.0

ANEXO 5.37

REVOGADO pela RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA 05/12 de 03.02.12.

DA INSTITUIÇÃO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA E DO DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL

Acrescentado pelo DECRETO nº 23.821 de 10.03.08

Ajuste Sinief nºs 07/05 e 08/07

Vigência: Data de publicação.

Alteração: Ajuste SINIEF 11/08

~~DECRETO Nº 23.821 DE 10 DE MARÇO DE 2008
DOE 11.03.2008~~

~~Inclui o Anexo 5.37 ao Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 19.714, de 10 de julho de 2003, com fulcro no Ajuste SINIEF nº 07/05 e suas alterações, que dispõe sobre a instituição da Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica, e dá outras providências.~~

~~O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 64, inciso III, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto nos Ajustes SINIEF nºs 07/05 e 08/07, de 28 de setembro de 2007,~~

~~DECRETA:~~

~~Art. 1º Fica incluído o Anexo 5.37 ao Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 19.714, de 10 de julho de 2003, que dispõe sobre a instituição da Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica.~~

~~“Anexo 5.37~~

~~Da instituição dos documentos fiscais eletrônicos com fulcro no Ajuste SINIEF nº 07/05, de 30 de setembro de 2005 e suas alterações.~~

~~Art. 1º Fica instituída a Nota Fiscal Eletrônica — NF e que poderá ser utilizada em substituição a Nota Fiscal modelo 1 ou 1-A, pelos contribuintes do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI ou Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação — ICMS.~~

~~§ 1º. Considera-se Nota Fiscal Eletrônica – NF e o documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com o intuito de documentar operações e prestações, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e autorização de uso pela administração tributária da unidade federada do contribuinte, antes da ocorrência do fato gerador.~~

~~§ 2º Ficam as unidades federadas autorizadas a estabelecer a obrigatoriedade da utilização da NF e, a qual será fixada por intermédio de Protocolo ICMS, o qual será dispensado na hipótese de contribuinte inscrito no cadastro do ICMS de uma única unidade federada. (Ajuste SINIEF nº 08/07).~~

~~§ 3º Para fixação da obrigatoriedade de que trata o protocolo previsto no § 2º, as unidades federadas poderão utilizar critérios relacionados à receita de vendas e serviços dos contribuintes, atividade econômica ou natureza da operação por eles exercida. (Conv. ICMS 08/07).~~

~~Art. 2º Para emissão da NF e, o contribuinte deverá solicitar, previamente, seu credenciamento na unidade federada em cujo cadastro de contribuinte do ICMS estiver inscrito.~~

~~§ 1º O contribuinte credenciado para emissão de NF e deverá observar, no que couber, as disposições relativas à emissão de documentos fiscais por sistema eletrônico de processamento de dados, constantes dos Convênios 57/95 e 58/95, ambos de 28 de junho de 1995 e legislação superveniente (Ajuste SINIEF nº 11/08).~~

~~§ 2º Revogado pelo Ajuste Sinief nº 11/08~~

~~§ 3º É vedada a emissão de nota fiscal modelo 1 ou 1-A por contribuinte credenciado à emissão de NF e, exceto quando a legislação estadual assim permitir.~~

~~Art. 3º A NF e deverá ser emitida com base em leiaute estabelecido em Ato COTEPE, por meio de software desenvolvido ou adquirido pelo contribuinte ou disponibilizado pela administração tributária, observadas as seguintes formalidades:~~

~~I – o arquivo digital da NF e deverá ser elaborado no padrão XML (Extended Markup Language);~~

~~II – a numeração da NF e será seqüencial de 1 a 999.999.999, por estabelecimento e por série, devendo ser reiniciada quando atingido esse limite;”;~~ (Ajuste SINIEF nº 08/07).

~~III – a NF e deverá conter um “código numérico”, gerado pelo emitente, que comporá a “chave de acesso” de identificação da NF e, juntamente com o CNPJ do emitente, número e série da NF e;~~

~~IV – a NF e deverá ser assinada pelo emitente, com assinatura digital, certificada por entidade credenciada pela Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, contendo o nº do CNPJ de qualquer dos estabelecimentos do contribuinte, a fim de garantir a autoria do documento digital; (Ajuste SINIEF Nº 11/08)~~

~~§ 1º – As séries serão designadas por algarismos arábicos, em ordem crescente, a partir de 1, vedada a utilização de subsérie. (Ajuste SINIEF nº 08/07).~~

~~§ 2º O Fisco poderá restringir a quantidade de séries.~~

~~Art. 4º O arquivo digital da NF e só poderá ser utilizado como documento fiscal, após:~~

~~I ser transmitido eletronicamente à administração tributária, nos termos do art. 5º;~~

~~II ter seu uso autorizado por meio de Autorização de Uso da NF e, nos termos do art. 6º.~~

~~§ 1º Ainda que formalmente regular, não será considerado documento fiscal idôneo a NF e que tiver sido emitida ou utilizada com dolo, fraude, simulação ou erro, que possibilite, mesmo que a terceiro, o não pagamento do imposto ou qualquer outra vantagem indevida.~~

~~§ 2º Para os efeitos fiscais, os vícios de que trata o § 1º atingem também o respectivo DANFE, impresso nos termos do art. 9º ou 11, que também não será considerado documento fiscal idôneo.~~

~~§ 3º A autorização de uso da NF e concedida pela administração tributária não implica validação das informações nela contidas.~~

~~Art. 5º A transmissão do arquivo digital da NF e deverá ser efetuada via Internet, por meio de protocolo de segurança ou criptografia, com utilização de software desenvolvido ou adquirido pelo contribuinte ou disponibilizado pela administração tributária.~~

~~Parágrafo único. A transmissão referida no “caput” implica solicitação de concessão de Autorização de Uso da NF e.~~

~~Art. 6º Previamente à concessão da Autorização de Uso da NF e, a administração tributária da unidade federada do contribuinte analisará, no mínimo, os seguintes elementos:~~

~~I a regularidade fiscal do emitente;~~

~~II o credenciamento do emitente, para emissão de NF e;~~

~~III a autoria da assinatura do arquivo digital da NF e;~~

~~IV a integridade do arquivo digital da NF e;~~

~~V a observância ao leiaute do arquivo estabelecido em Ato COTEPE;~~

~~VI a numeração do documento.~~

~~§ 1º A autorização de uso poderá ser concedida pela administração tributária da unidade federada emitente através da infra estrutura tecnológica da Receita Federal do Brasil ou de outra unidade federada, na condição de contingência prevista no inciso I do art. 11. (Ajuste SINIEF nº 08/07).~~

~~§ 2º A unidade federada que tiver interesse poderá, mediante protocolo, estabelecer que a autorização de uso será concedida pela mesma, mediante a utilização da infra estrutura tecnológica da Receita Federal do Brasil ou de outra unidade federada. (Ajuste SINIEF nº 08/07).~~

~~§ 3º Nas situações constantes dos §§ 1º e 2º a administração tributária que autorizar o uso da NF e deverá observar as disposições constantes do Ajuste SINIEF nº 08, de 28 de setembro de 2007 estabelecidas para a administração tributária da unidade federada do contribuinte emitente. (Ajuste SINIEF nº 08/07).~~

~~Art. 7º Do resultado da análise referida no art. 6º, a administração tributária e identificará o emitente:~~

~~I da rejeição do arquivo da NF e, em virtude de:~~

- ~~a) falha na recepção ou no processamento do arquivo;~~
- ~~b) falha no reconhecimento da autoria ou da integridade do arquivo digital;~~
- ~~c) remetente não credenciado para emissão da NF e;~~
- ~~d) duplicidade de número da NF e;~~
- ~~e) falha na leitura do número da NF e;~~
- ~~f) outras falhas no preenchimento ou no leiaute do arquivo da NF e;~~

~~II da denegação da Autorização de Uso da NF e, em virtude da irregularidade fiscal do emitente;~~

~~III da concessão da Autorização de Uso da NF e;~~

~~§ 1º Após a concessão da Autorização de Uso da NF e, a NFe não poderá ser alterada.~~

~~§ 2º Em caso de rejeição do arquivo digital, o mesmo não será arquivado na administração tributária para consulta, sendo permitido ao interessado nova transmissão do arquivo da NF e nas hipóteses das alíneas “a”, “b” e “e” do inciso I do “caput”.~~

~~§ 3º Em caso de denegação da Autorização de Uso da NF e, o arquivo digital transmitido ficará arquivado na administração tributária para consulta, nos termos do art. 15, identificado como “Denegada a Autorização de Uso.”~~

~~§ 4º No caso do § 3º, não será possível sanar a irregularidade e solicitar nova Autorização de Uso da NF e que contenha a mesma numeração.~~

~~§ 5º A identificação de que trata o “caput” será efetuada mediante protocolo disponibilizado ao emitente ou a terceiro autorizado pelo emitente, via internet, contendo, conforme o caso, a “chave de acesso”, o número da NF e, a data e a hora do recebimento da solicitação pela administração tributária e o número do protocolo, podendo ser autenticado mediante assinatura digital gerada com certificação digital da administração tributária ou outro mecanismo de confirmação de recebimento.~~

~~§ 6º Nos casos dos incisos I ou II do “caput”, o protocolo de que trata o § 5º conterá informações que justifiquem de forma clara e precisa o motivo pelo qual a Autorização de Uso não foi concedida.~~

~~§ 7º O emitente da NF e deverá, obrigatoriamente, encaminhar ou disponibilizar download do arquivo eletrônico da NF e e seu respectivo protocolo de autorização ao destinatário, observado leiaute e padrões técnicos definidos em Ato COTEPE. (Ajuste SINIEF nº 11/08)~~

~~Art. 8º Concedida a Autorização de Uso da NF e, a administração tributária da unidade federada do emitente deverá transmitir a NF e para a Receita Federal do Brasil.~~

~~§ 1º A administração tributária da unidade federada do emitente também deverá transmitir a NF e para: (Ajuste SINIEF Nº 08/07).~~

~~I a unidade federada de destino das mercadorias, no caso de operação interestadual;~~

~~II— a unidade federada onde deva se processar o embarque de mercadoria na saída para o exterior;~~

~~III— a unidade federada de desembaraço aduaneiro, tratandose de operação de importação de mercadoria ou bem do exterior;~~

~~IV— a Superintendência da Zona Franca de Manaus—SUFRAMA, quando a NF e tiver como destinatário pessoa localizada nas áreas incentivadas.”.~~

~~§ 2º A administração tributária da unidade federada do emitente ou a Receita Federal do Brasil também poderão transmitir a NFe ou fornecer informações parciais para: (Ajuste SINIEF nº 08/07).~~

~~I— administrações tributárias municipais, nos casos em que a NF e envolva serviços sujeitos ao ISSQN, mediante prévio convênio ou protocolo;~~

~~II— outros órgãos da administração direta, indireta, fundações e autarquias, que necessitem de informações da NF e para desempenho de suas atividades, mediante prévio convênio ou protocolo de cooperação, respeitado o sigilo fiscal.”.~~

~~§ 3º Na hipótese da administração tributária da unidade federada do emitente realizar a transmissão prevista no caput por intermédio de Webservice, ficará a Receita Federal do Brasil responsável pelo procedimento de que trata o §1º ou pela disponibilização do acesso a NF e para as administrações tributárias que adotarem esta tecnologia. (Ajuste SINIEF nº 11/08)~~

~~Art. 9º Fica instituído o Documento Auxiliar da NF e—DANFE, conforme leiaute estabelecido em Ato COTEPE , para uso no trânsito das mercadorias ou para facilitar a consulta da NF e, prevista no art. 15.~~

~~§ 1º O DANFE somente poderá ser utilizado para transitar com as mercadorias após a concessão da Autorização de Uso da NF e, de que trata o inciso III do art. 7º, ou na hipótese prevista no art. 11.~~

~~§ 2º No caso de destinatário não credenciado para emitir NFe, a escrituração da NF e poderá ser efetuada com base nas informações contidas no DANFE, observado o disposto no art. 7º.~~

~~§ 3º Quando a legislação tributária exigir a utilização específica de vias adicionais para as notas fiscais, o contribuinte que utilizar NF e deverá imprimir o DANFE com o número de cópias necessárias para cumprir a respectiva norma.”. (Ajuste SINIEF nº 08/07).~~

~~§ 4º O DANFE deverá ser impresso em papel, exceto papel jornal, no tamanho mínimo A4 (210 x 297 mm) e máximo ofício 2 (230 x 330 mm), podendo ser utilizadas folhas soltas, formulário de segurança, Formulário de Segurança para Impressão de Documento Auxiliar de Documento Fiscal Eletrônico (FS-DA), formulário contínuo ou formulário pré-impresso. (Ajuste SINIEF Nº 11/08)~~

~~§ 5º O DANFE deverá conter código de barras, conforme padrão estabelecido em Ato COTEPE.~~

~~§ 5º A Na hipótese de venda ocorrida fora do estabelecimento, o DANFE poderá ser impresso em qualquer tipo de papel, exceto papel jornal, em tamanho inferior ao A4 (210 x 297 mm), caso em que será denominado “DANFE Simplificado”, devendo ser observado leiaute definido em Ato COTEPE. (Ajuste SINIEF nº 11/08)~~

~~§ 6º O DANFE poderá conter outros elementos gráficos, desde que não prejudiquem a leitura do seu conteúdo ou do código de barras por leitor óptico.~~

~~§ 7º Os contribuintes, mediante autorização de cada unidade da Federação, poderão solicitar alteração do leiaute do DANFE, previsto em Ato COTEPE, para adequá-lo às suas operações, desde que mantidos os campos obrigatórios da NF-e constantes do DANFE.”(Ajuste SINIEF Nº 08/07).~~

~~8º Os títulos e informações dos campos constantes no DANFE devem ser grafados de modo que seus dizeres e indicações estejam bem legíveis.”. (Ajuste SINIEF Nº 08/07).~~

~~§ 9º A aposição de carimbos no DANFE, quando do trânsito da mercadoria, deve ser feita em seu verso.”. (Ajuste SINIEF Nº 08/07).~~

~~§ 10. É permitida a indicação de informações complementares de interesse do emitente, impressas no verso do DANFE, hipótese em que sempre será reservado espaço, com a dimensão mínima de 10x15 cm, em qualquer sentido, para atendimento ao disposto no § 9º. (Ajuste SINIEF Nº 08/07).~~

~~Art. 10. O emitente e o destinatário deverão manter em arquivo digital as NF-es pelo prazo de cinco anos, devendo ser apresentadas à administração tributária, quando solicitado.~~

~~§ 1º O destinatário deverá verificar a validade e autenticidade da NF-e e a existência de Autorização de Uso da NF-e.~~

~~§ 2º Caso o destinatário não seja contribuinte credenciado para a emissão de NF-e, alternativamente ao disposto no “caput”, o destinatário deverá manter em arquivo o DANFE relativo a NF-e da operação, devendo ser apresentado à administração tributária, quando solicitado.~~

~~Art. 11. Quando em decorrência de problemas técnicos não for possível transmitir a NF-e para a unidade federada do emitente, ou obter resposta à solicitação de Autorização de Uso da NF-e, o contribuinte deverá gerar novo arquivo, conforme definido em Ato COTEPE, informando que a respectiva NF-e foi emitida em contingência e adotar uma das seguintes alternativas:~~

~~I— transmitir a NF-e para o Sistema de Contingência do Ambiente Nacional (SCAN)— Receita Federal do Brasil, nos termos das cláusulas quarta, quinta e sexta deste ajuste;~~

~~II— transmitir Declaração Prévia de Emissão em Contingência DPEC (NF-e), para a Receita Federal do Brasil, nos termos da cláusula décima sétima D;~~

~~III—imprimir o DANFE em Formulário de Segurança (FS), observado o disposto na Cláusula décima sétima A;~~

~~IV—imprimir o DANFE em Formulário de Segurança para Impressão de Documento Auxiliar de Documento Fiscal Eletrônico (FS-DA), observado o disposto em Convênio ICMS.~~

~~§ 1º Na hipótese prevista no inciso I, a administração tributária da unidade federada emitente poderá autorizar a NF e utilizando-se da infra-estrutura tecnológica da Receita Federal do Brasil ou de outra unidade federada.~~

~~§ 2º Após a concessão da Autorização de Uso da NF e, conforme disposto no § 1º, a Receita Federal do Brasil deverá transmitir a NFe para a unidade federada do emitente, sem prejuízo do disposto no § 3º da cláusula sexta.~~

~~§ 3º Na hipótese do inciso II do caput, o DANFE deverá ser impresso em no mínimo duas vias, constando no corpo a expressão “DANFE impresso em contingência –DPEC regularmente recebido pela Receita Federal do Brasil”, tendo as vias à seguinte destinação:~~

~~I—uma das vias permitirá o trânsito das mercadorias e deverá ser mantida em arquivo pelo destinatário pelo prazo estabelecido na legislação tributária para a guarda de documentos fiscais;~~

~~II—outra via deverá ser mantida em arquivo pelo emitente pelo prazo estabelecido na legislação tributária para a guarda dos documentos fiscais.~~

~~§ 4º Presume-se inábil o DANFE impresso nos termos do §3º, quando não houver a regular recepção da DPEC pela Receita Federal do Brasil, nos termos da Cláusula Décima sétima D.~~

~~§ 5º Na hipótese dos incisos III ou IV do caput, o Formulário de Segurança ou Formulário de Segurança para Impressão de Documento Auxiliar de Documento Fiscal Eletrônico (FS-DA) deverá ser utilizado para impressão de no mínimo duas vias de~~

~~DANFE, constando no corpo a expressão “DANFE em Contingência impresso em decorrência de problemas técnicos”, tendo as vias a seguinte destinação:~~

~~I—uma das vias permitirá o trânsito das mercadorias e deverá ser mantida em arquivo pelo destinatário pelo prazo estabelecido na legislação tributária para a guarda de documentos fiscais;~~

~~II—outra via deverá ser mantida em arquivo pelo emitente pelo prazo estabelecido na legislação tributária para a guarda dos documentos fiscais.~~

~~§ 6º Na hipótese dos incisos III ou IV do caput”, existindo a necessidade de impressão de vias adicionais do DANFE previstas no § 3º da cláusula nona, dispensa-se a exigência do uso do Formulário de Segurança ou Formulário de Segurança para Impressão de Documento Auxiliar de Documento Fiscal Eletrônico (FS-DA).~~

~~§ 7º Na hipótese dos incisos II, III e IV do caput, imediatamente após a cessação dos problemas técnicos que impediram a transmissão ou recepção do retorno da autorização da NF e, e até o prazo limite definido em Ato COTEPE, contado a partir da emissão da NF e de que trata o § 12, o emitente deverá transmitir à administração tributária de sua jurisdição as NF e geradas em contingência.~~

~~§ 8º Se a NF e transmitida nos termos do § 7º vier a ser rejeitada pela administração tributária, o contribuinte deverá:~~

~~I— gerar novamente o arquivo com a mesma numeração e série, sanando a irregularidade desde que não se altere:~~

~~a) as variáveis que determinam o valor do imposto tais como:
base de cálculo, alíquota, diferença de preço, quantidade, valor da operação ou da prestação;~~

~~b) a correção de dados cadastrais que implique mudança do remetente ou do destinatário;~~

~~e) a data de emissão ou de saída;~~

~~II— solicitar Autorização de Uso da NF e;~~

~~III— imprimir o DANFE correspondente à NF e autorizada, no mesmo tipo de papel utilizado para imprimir o DANFE original;~~

~~IV— providenciar, junto ao destinatário, a entrega da NF e autorizada bem como do novo DANFE impresso nos termos do inciso III, caso a geração saneadora da irregularidade da NF e tenha promovido alguma alteração no DANFE.~~

~~§ 9º O destinatário deverá manter em arquivo pelo prazo decadencial estabelecido pela legislação tributária junto à via mencionada no inciso I do § 3º ou no inciso I do § 5º, a via do DANFE recebida nos termos do inciso IV do § 8º.~~

~~§ 10. Se após decorrido o prazo limite previsto no § 7º, o destinatário não puder confirmar a existência da Autorização de Uso da NF e correspondente, deverá comunicar imediatamente o fato à unidade fazendária do seu domicílio.~~

~~§ 11. O contribuinte deverá lavrar termo no livro Registro de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrência, modelo 6, informando:~~

~~I— o motivo da entrada em contingência;~~

~~II— a data, hora com minutos e segundos do seu início e seu término;~~

~~III— a numeração e série da primeira e da última NF e geradas neste período;~~

~~IV— identificar, dentre as alternativas do caput, qual foi a utilizada.~~

~~§ 12. Considera-se emitida a NF e:~~

~~I— na hipótese do inciso II do caput, no momento da regular recepção da DPEC pela Receita Federal do Brasil, conforme previsto na cláusula décima sétima D;~~

~~II— na hipótese dos incisos III e IV do caput, no momento da impressão do respectivo DANFE em contingência.~~

~~§ 13. Na hipótese do § 5º A da cláusula nona, havendo problemas técnicos de que trata o caput, o contribuinte deverá emitir, em no mínimo duas vias, o DANFE Simplificado em contingência, com a expressão “DANFE Simplificado em Contingência”, sendo dispensada a utilização de formulário de segurança, devendo ser observadas as destinações da cada via conforme o disposto nos incisos I e II do § 5º. (Ajuste SINIEF nº 11/08)~~

~~Art. 11.A Em relação às NF e que foram transmitidas antes da contingência e ficaram pendentes de retorno, o emitente deverá, após a cessação das falhas:~~

~~I— Solicitar o cancelamento, nos termos do art. 2º, das NF e que retornaram com Autorização de Uso e cujas operações não se efetivaram ou foram acobertadas por NF e emitidas em contingência;~~

~~II— Solicitar a inutilização, nos termos do art. 14, da numeração das NF e que não foram autorizadas nem denegadas.” (Ajuste SINIEF nº 08/07).~~

~~Art. 12. Após a concessão de Autorização de Uso da NF e, de que trata o inciso III da cláusula sétima, o emitente poderá solicitar o cancelamento da NF e, em prazo não superior ao máximo definido em Ato COTEPE, contado do momento em que foi concedida a respectiva Autorização de Uso da NF e, desde que não tenha havido a circulação da mercadoria ou a prestação de serviço e observadas às normas constantes na cláusula décima terceira. (Ajuste SINIEF nº 11/08)~~

~~Art. 13. O cancelamento de que trata o art. 12 somente poderá ser efetuado mediante Pedido de Cancelamento de NF e, transmitido pelo emitente, à administração tributária que a autorizou.” (Ajuste SINIEF nº 08/07).~~

~~§ 1º O Pedido de Cancelamento de NF e deverá atender ao leiaute estabelecido em Ato COTEPE.~~

~~§ 2º A transmissão do Pedido de Cancelamento de NF e será efetivada via Internet, por meio de protocolo de segurança ou criptografia.~~

~~§ 3º O Pedido de Cancelamento de NF e deverá ser assinado pelo emitente com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira ICPBrasil, contendo o nº do CNPJ de qualquer dos estabelecimentos do contribuinte, a fim de garantir a autoria do documento digital”. (Ajuste SINIEF nº 11/08)~~

~~§ 4º A transmissão poderá ser realizada por meio de software desenvolvido ou adquirido pelo contribuinte ou disponibilizado pela administração tributária.~~

~~§ 5º A cientificação do resultado do Pedido de Cancelamento de NF e será feita mediante protocolo de que trata o § 2º disponibilizado ao emitente, via Internet,~~

~~contendo, conforme o caso, a “chave de acesso”, o número da NF-e, a data e a hora do recebimento da solicitação pela administração tributária e o número do protocolo, podendo ser autenticado mediante assinatura digital gerada com certificação digital da administração tributária ou outro mecanismo de confirmação de recebimento.”. (Ajuste SINIEF nº 08/07).~~

~~§ 6º A administração tributária da unidade federada do emitente deverá transmitir para as administrações tributárias e entidades previstas na cláusula oitava, os Cancelamentos de NF-e.”. (Ajuste SINIEF nº 08/07).~~

~~Art.14. O contribuinte deverá solicitar, mediante Pedido de Inutilização de Número da NF-e, até o 10 (décimo) dia do mês subsequente, a inutilização de números de NF-e não utilizados, na eventualidade de quebra de seqüência da numeração da NF-e.”. (Ajuste SINIEF nº 08/07).~~

~~§ 1º O Pedido de Inutilização de Número da NF-e deverá ser assinado pelo emitente com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICPBrasil, contendo o nº do CNPJ de qualquer dos estabelecimentos do contribuinte, a fim de garantir a autoria do documento digital. (Ajuste SINIEF Nº 11/08)~~

~~§ 2º A transmissão do Pedido de Inutilização de Número da NF-e, será efetivada via Internet, por meio de protocolo de segurança ou criptografia.~~

~~§ 3º A cientificação do resultado do Pedido de Inutilização de Número da NF-e será feita mediante protocolo de que trata o § 2º disponibilizado ao emitente, via Internet, contendo, conforme o caso, os números das NF-e, a data e a hora do recebimento da solicitação pela administração tributária da unidade federada do emitente e o número do protocolo, podendo ser autenticado mediante assinatura digital gerada com certificação digital da administração tributária ou outro mecanismo de confirmação de recebimento.”.(Ajuste SINIEF nº 08/07).~~

~~§ 4º A administração tributária da unidade federada do emitente deverá transmitir para a Receita Federal do Brasil as inutilizações de número de NF-e.”.(Ajuste SINIEF nº 08/07).~~

~~Art. 14.A. Após a concessão da Autorização de Uso da NF-e, de que trata o art. 7º, o emitente poderá sanar erros em campos específicos da NF-e, observado o disposto no §1º A do art. 7º do Convênio SINIEF s/nº de 1970, por meio de Carta de Correção Eletrônica – CC-e, transmitida à administração tributária da unidade federada do emitente.(Ajuste SINIEF nº 08/07).~~

~~§ 1º A Carta de Correção Eletrônica – CC-e deverá atender ao leiaute estabelecido em Ato COTEPE e ser assinada pelo emitente com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, contendo o nº do CNPJ de qualquer dos estabelecimentos do contribuinte, a fim de garantir a autoria do documento digital. (Ajuste SINIEF nº 11/08)~~

~~§ 2º A transmissão da CC-e será efetivada via Internet, por meio de protocolo de segurança ou criptografia.~~

~~§ 3º A cientificação da recepção da CC e será feita mediante protocolo disponibilizado ao emitente, via Internet, contendo, conforme o caso, a “chave de acesso”, o número da NF-e, a data e a hora do recebimento da solicitação pela administração tributária da unidade federada do contribuinte e o número do protocolo, podendo ser autenticado mediante assinatura digital gerada com certificação digital da administração tributária ou outro mecanismo de confirmação de recebimento.~~

~~§ 4º Havendo mais de uma CC e para a mesma NF-e, o emitente deverá consolidar na última todas as informações anteriormente retificadas.~~

~~§ 5º A administração tributária que recebeu a CC e deverá transmiti-la às administrações tributárias e entidades previstas no art. 8º.~~

~~§ 6º O protocolo de que trata o § 3º não implica validação das informações contidas na CC e. (Ajuste SINIEF nº 11/08)~~

~~Art. 15. Após a concessão de Autorização de Uso da NF-e, de que trata o art. 7º, a administração tributária da unidade federada do emitente disponibilizará consulta relativa à NF-e.~~

~~§ 1º A consulta à NF-e será disponibilizada, em “site” na internet pelo prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias.~~

~~§ 2º Após o prazo previsto no § 1º, a consulta à NF-e poderá ser substituída pela prestação de informações parciais que identifiquem a NF-e (número, data de emissão, CNPJ do emitente e do destinatário, valor e sua situação), que ficarão disponíveis pelo prazo de cinco anos.~~

~~§ 3º A consulta à NF-e, prevista no “caput”, poderá ser efetuada pelo interessado, mediante informação da “chave de acesso” da NF-e.~~

~~§ 4º A consulta prevista no “caput” poderá ser efetuada também, subsidiariamente, no ambiente nacional disponibilizado pela Receita Federal do Brasil.”. (Ajuste SINIEF Nº 08/07).~~

~~Art. 16. As unidades federadas envolvidas na operação ou prestação poderão, mediante Protocolo ICMS, e observados padrões estabelecidos em Ato COTEPE, exigir informações do destinatário, do recebimento das mercadorias e serviços constantes da NF-e, a saber:~~

~~I— confirmação do recebimento da mercadoria documentada por NF-e;~~

~~II— confirmação de recebimento da NF-e, nos casos em que não houver mercadoria documentada;~~

~~III— declaração do não recebimento da mercadoria documentada por NF-e;~~

~~IV— declaração de devolução total ou parcial da mercadoria documentada por NF-e;~~

~~§ 1º A Informação de Recebimento, quando exigida, deverá observar o prazo máximo estabelecido em Ato COTEPE.~~

~~§ 2º A Informação de Recebimento será efetivada via Internet.~~

~~§ 3º A cientificação do resultado da Informação de Recebimento será feita mediante arquivo, contendo, no mínimo, as Chaves de Acesso das NF e, a data e a hora do recebimento da solicitação pela administração tributária da unidade federada do destinatário, a confirmação ou declaração realizada, conforme o caso, e o número do recibo, podendo ser autenticado mediante assinatura digital gerada com certificação digital da administração tributária ou outro mecanismo que garanta a sua recepção.~~

~~§ 4º administração tributária da unidade federada do destinatário deverá transmitir para a Receita Federal do Brasil as Informações de Recebimento das NF e~~

~~§ 5º A Receita Federal do Brasil disponibilizará acesso às Unidades Federadas do emitente e do destinatário, e para Superintendência da Zona Franca de Manaus, quando for o caso, os arquivos de Informações de Recebimento. (Ajuste SINIEF nº 11/08)~~

~~Art. 17. Revogado pelo Ajuste SINIEF nº 04/06, efeitos a partir de 12.07.06.~~

~~Art. 17.A. Nas hipóteses de utilização de formulário de segurança para a impressão de DANFE previstas no Ajuste SINIEF nº 08/07: (Ajuste SINIEF nº 08/07).~~

~~I— as características do formulário de segurança deverão atender ao disposto da cláusula segunda do convênio ICMS 58/95;~~

~~II— deverão ser observados os parágrafos 3º, 4º, 6º, 7º e 8º da cláusula quinta do Convênio ICMS 58/95, para a aquisição do formulário de segurança, dispensando-se a exigência da Autorização de Impressão de Documentos Fiscais — AIDF e a exigência de Regime Especial.~~

~~III— não poderá ser impressa a expressão “Nota Fiscal”, devendo, em seu lugar, constar a expressão “DANFE”.~~

~~§ 1º Fica vedada a utilização de formulário de segurança adquirido na forma deste artigo para outra destinação que não a prevista no “caput”.~~

~~§ 2º O fabricante do formulário de segurança de que trata o “caput” deverá observar as disposições das cláusulas quarta e quinta do Convênio 58/95..~~

~~§ 3º A partir de 1º de março de 2009, fica vedada à Administração Tributária das Unidades Federadas autorizar Pedido de Aquisição de Formulário de Segurança — PAFS, de que trata a cláusula quinta do Convênio ICMS 58/95, de 30 de junho de 1995, quando os formulários se destinarem à impressão de DANFE, sendo permitido aos contribuintes utilizarem os formulários autorizados até o final do estoque.~~

~~(Ajuste SINIEF nº 11/08)~~

~~Art. 17.B. A administração tributária das unidades federadas autorizadas de NF e disponibilizarão, às empresas autorizadas à sua emissão, consulta eletrônica referente à situação cadastral dos contribuintes do ICMS de seu Estado, conforme padrão estabelecido em ATO COTEPE.”. (ajuste SINIEF nº 08/07).~~

~~Art. 17.C. Toda NF-e que acobertar operação interestadual de mercadoria ou relativa ao comércio exterior estará sujeita ao registro de passagem eletrônico em sistema instituído por meio do Protocolo ICMS 10/03.~~

~~Parágrafo único. Esses registros serão disponibilizados para a unidade federada de origem e destino das mercadorias bem como para a unidade federada de passagem que os requisitarem.”. (Ajuste SINIEF nº 08/07).~~

~~Art. 17 D. A Declaração Prévia de Emissão em Contingência DPEC (NF-e) deverá ser gerada com base em leiaute estabelecido em Ato COTEPE, observadas as seguintes formalidades:~~

~~I— o arquivo digital da DPEC deverá ser elaborado no padrão XML (Extended Markup Language);~~

~~II— a transmissão do arquivo digital da DPEC deverá ser efetuada via Internet;~~

~~III— a DPEC deverá ser assinada pelo emitente com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira-ICP-Brasil, contendo o nº do CNPJ de qualquer dos estabelecimentos do contribuinte, a fim de garantir a autoria do documento digital.~~

~~§ 1º O arquivo da DPEC conterá informações sobre NF-e e conterá, no mínimo:~~

~~I— a identificação do emitente;~~

~~II— informações das NF-e emitidas, contendo, no mínimo, para cada NF-e:~~

~~a) chave de Acesso;~~

~~b) CNPJ ou CPF do destinatário;~~

~~c) unidade Federada de localização do destinatário;~~

~~d) valor da NF-e;~~

~~e) valor do ICMS;~~

~~f) valor do ICMS retido por substituição tributária.~~

~~§ 2º Recebida a transmissão do arquivo da DPEC, a Receita Federal do Brasil analisará:~~

~~I— a regularidade fiscal do emitente;~~

~~II— o credenciamento do emitente, para emissão de NF-e;~~

~~III— a autoria da assinatura do arquivo digital da DPEC;~~

~~IV— a integridade do arquivo digital da DPEC;~~

~~V— a observância ao leiaute do arquivo estabelecido em Ato COTEPE;~~

~~VI— outras validações previstas em Ato COTEPE.~~

~~— § 3º Do resultado da análise, a Receita Federal do Brasil eificará o emitente:~~

~~I— da rejeição do arquivo da DPEC, em virtude de:~~

- ~~a) falha na recepção ou no processamento do arquivo;~~
- ~~b) falha no reconhecimento da autoria ou da integridade do arquivo digital;~~
- ~~c) irregularidade fiscal do emitente;~~
- ~~d) remetente não credenciado para emissão da NF-e;~~
- ~~e) duplicidade de número da NF-e;~~
- ~~f) falha na leitura do número da NF-e;~~
- ~~g) outras falhas no preenchimento ou no leiaute do arquivo da DPEC;~~

~~II— da regular recepção do arquivo da DPEC.~~

~~§ 4º A cientificação de que trata o § 3º será efetuada mediante arquivo disponibilizado ao emitente ou a terceiro autorizado pelo emitente, via internet, contendo, o arquivo do DPEC, o número do recibo, data, hora e minuto da recepção, bem como assinatura digital da Receita Federal do Brasil.~~

~~§ 5º Presumem-se emitidas as NF-e referidas na DPEC, quando de sua regular recepção pela Receita Federal do Brasil, observado o disposto no § 1º da cláusula quarta.~~

~~§ 6º A Receita Federal do Brasil disponibilizará acesso às Unidades Federadas e Superintendência da Zona Franca de Manaus aos arquivos da DPEC recebidas.~~

~~§ 7º Em caso de rejeição do arquivo digital, o mesmo não será arquivado na Receita Federal do Brasil para consulta. (Ajuste SINIEF nº 11/08).~~

~~Art. 18. Aplicam-se à NF-e, no que couber, as normas do Convênio SINIEF S/Nº, de 15 de dezembro de 1970.~~

~~§ 1º As NF-e canceladas, denegadas e os números inutilizados devem ser escriturados, sem valores monetários, de acordo com a legislação tributária vigente..(ajuste SINIEF nº 08/07).~~

~~§ 2º Nos casos em que o remetente esteja obrigado à emissão da NF-e, é vedada ao destinatário a aceitação de qualquer outro documento em sua substituição, exceto nos casos previstos na legislação estadual. (ajuste SINIEF nº 08/07).~~

~~Art. 19. O disposto no Ajuste SINIEF nº 07/05 aplica-se, a partir de 1º de abril de 2006, aos Estados do Amapá, Espírito Santo, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Roraima e ao Distrito Federal.~~

~~Parágrafo único. O disposto no art. 2º do Ajuste SINIEF nº 07/05 aplica-se aos Estados do Amapá, Espírito Santo, Paraíba e Pernambuco e ao Distrito Federal a partir de 1º de janeiro de 2007.~~

~~Art. 2º Ficam convalidados os procedimentos adotados pelos contribuintes com fulcro no Ajuste SINIEF nº 07/05, de 30 de setembro de 2005 e suas alterações, até a data de publicação deste decreto.~~

~~Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 21.774, de 30 de novembro de 2005.~~

~~Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.~~

~~PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO
LUÍS, 10 DE MARÇO DE 2008, 187º DA INDEPENDÊNCIA E 120º DA
REPÚBLICA.~~